

«À terceira é de vez». Talvez não fosse suficientemente conhecido que este aforismo popular, celebrando a persistência e a tenacidade na acção social individual e colectiva, se applicava também ao trabalho cada vez mais difícil de editar com continuidade uma revista científica. Sobretudo no meio científico português que, apesar das transformações muito positivas dos últimos anos, continua a acompanhar com excessiva distância (para escrever curto...) os esforços dessa quase «outra» investigação científica que, observada tantas vezes com estranheza, dedica o seu trabalho ao estudo dos mundos não-europeus. Uma investigação que, também no caso de África, continua limitada tanto por financiamentos escassos como por uma posição subalterna nos claustros universitários tanto como nos meios institucionais ou empresariais, quase definitivamente rendidos à ideia de um continente irremediavelmente perdido, recorrentemente imerso num caos inevitável... E, no entanto, quando se frequentam estudos sérios, como nesta revista, de investigadores africanos que procuram analisar e discutir os tempos e espaços do seu próprio continente (da investigação original sobre o caminho-de-ferro de Bengela, de Emmanuel Esteves, ao trabalho competente sobre a diversidade linguística de Vatomene Kukanda, passando pela reflexão crítica do espírito irrequieto de Victor Kajibanga acerca do ensino superior e a dimensão cultural do desenvolvimento em Angola...), convocando qualificadamente as modernas ciências sociais, descobrimos, afinal, uma riqueza analítica e uma complexidade de problemas que não deixa de coligar a África a essa constelação de processos gerais de transformação social, económica e comunicacional que se insiste em sumariar debaixo da etiqueta de globalização e que tanto atrai a ciência e os cientistas de todo o mundo. Por isso, também as dimensões culturais deste processo, muito longo, de mundialização se investigam neste terceiro número da 'Africana Studia': o artigo que António

*Custódio Gonçalves dedica à «Gestão política das identidades culturais: desafios à democratização» trata de contrapor a dialéctica entre identidades e dinâmicas culturais à persistência de perspectivas essencialistas e nacionalistas que, progressivamente justapostas, o processo de globalização tem vindo a concorrer para ampliar; mais à frente são os problemas incontornáveis da construção das identidades que mobilizam a investigação crítica de José Manuel Azevedo.*

*O tema da escravatura percorre-se também neste novo número da 'Africana Studia'. E por penas consagradas. A do historiador Eugénio dos Santos, investigando «a escravatura na consciência cultural nos finais do Antigo Regime», e no trabalho de José Soares Martins (que 'José Capela' tantas vezes gosta(va) de assinar...), percorrendo com rara inteligência e originalidade «escravos e escravatura em Moçambique: problemas identitários». O balanço destes dois artigos é especialmente relevante numa altura em que as reivindicações africanas exigindo uma indemnização aos antigos potentados coloniais ocidentais pelo crime do plurissecular comércio escravagista (muito longe de se encontrar totalmente extinto, que o digam muitos milhares de crianças e mulheres africanas...) cresce de tom e alarga alianças: estes dois cuidados estudos mostram a multiplicidade do escravagismo e dos meios sociais em que se foi construindo, testemunhando a dimensão polifilética da escravatura, a reinscrever com mais cuidado nas ordens de dominações e arranjos sociais de sociedades africanas que especializaram diversas escravaturas com os seus tratos e explorações próprios. Em qualquer dos casos, investiga-se o tema longe da atracção de explicações agora muito seguidas, exagerando o representacional e o simbólico para destacar acertadamente as dimensões históricas e sociais de um tema definitivamente vazado em problema.*

*A língua e as línguas, bem como as expressões literárias que perseguem, com as suas inevitáveis dimensões culturais e ideológicas, continuam a convocar estudos importantes. Para além do trabalho atrás referenciado em que Vatomene Kukanda discute a diversidade linguística africana, cruzando línguas oficiais e maternas, línguas locais e nacionais, frequente-se o admirável estudo de Janos Riesz acerca de «língua e poder em África acerca de alguns paradoxos da política francesa no período colonial», visite-se igualmente o cuidado trabalho de Lourenço Mateus Lindonde acerca do «português de Moçambique: alterações nas classes semânticas*

(classemas) e respectivas implicações construcionais», podendo encerrar-se esta secção verdadeiramente de «língua e literatura» acompanhando o esforço comparativista de José Carlos Venâncio ao propor-nos «um exercício de leitura comparada. Lendo Remember Ruben de Mongo Beti e a Vida Verdadeira de Domingos Xavier de Luandino Vieira.

Completa a 'Africana Studia', neste terceiro andamento, a composição das secções habituais de notícias e resenhas. Neste último caso, esperando vivamente nos próximos números mais livros, resenhas verdadeiramente críticas, talvez mesmo saudáveis polémicas. Que fazem falta, principalmente em qualidade, para se consolidar a dimensão necessariamente crítica e independente que se pretende agregar aos estudos africanos em Portugal.

Este terceiro número só pôde, em rigor, «ser de vez», porque esta revista conseguiu encontrar no Conselho Directivo da FLUP e, em especial, no seu Presidente, a sensibilidade para apoiar uma publicação periódica que, afinal, enquanto revista internacional de estudos africanos continua a ser uma espécie quase rara entre nós. Um apoio que se tem generosamente estendido à actividade anual do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, da investigação às bibliotecas, da cooperação ao ensino pós-graduado, das conferências aos seminários. Sem esta sensibilidade e apoio não haveria sequer uma terceira oportunidade.

Representa, assim, este número um continuado recomeço. Rediscuta-se, por isso, uma vez mais, o nosso galilaico eppure se muove. Move-nos, antes de mais, a interdisciplinaridade. Reafirmada tantas e tantas vezes em outras tantas pomposas lições de muito académica circunstância, geralmente reservadas para aberturas de cursos e novas instituições, erguida como tónica de renovadas retóricas dominantes da epistemologia das ciências sociais actuais, a interdisciplinaridade continua muitíssimo longe de iluminar as ciências sociais e humanas que de africanistas se adjectivam. A sua transformação substantiva em «campo científico» considerado (por exemplo, em concursos a projectos de investigação ou, ainda mais simplesmente, nas muito positivas tabelas que, entre nós, organizam as «disciplinas» desses concursos em que é quase impossível inserir a interdisciplinaridade...) depende com urgência da capacidade em cruzar perspectivas e teorias, coordenar tanto investigações como centros e investigadores, colaborando e potenciando as pesquisas que existem e os esforços que se consolidam,

muito longe de quaisquer lógicas corporativas e, quase apetece dizer, «académicas». Desta cooperação interdisciplinar depende ainda a capacidade fundamental de os estudos africanos poderem influenciar ou, simplesmente, avisar políticas, cooperações e investimentos. Numa palavra, serem «úteis»... Oferecendo à sociedade portuguesa estudos, críticas, «teses» que possam ser lidas e consumidas por decisores políticos, cooperantes, tanto como por ONG ou organismos internacionais. Também pelas inteligências, governos administrações ou Universidades africanas, pelo menos pelos seus alunos, especialmente aqueles que continuam a procurar-nos para se pós-graduarem. E por todo o mundo científico, claro, a que a África (às vezes é preciso recordá-lo...) ainda pertence. Move-nos igualmente o desenvolvimento constante de um projecto editorial aberto à jovem investigação em ciências sociais, principalmente aquela que procura qualificadamente criticar, ultrapassar, polemizar com «velhos» mestres ou teses de normativa consagração, propondo novos paradigmas de investigação e conceptualização. Move-nos, por fim, tentar influenciar ou, o que não é muito diferente, aconselhar «poderes» (todos, sem excepção, dos económicos aos políticos, dos poderes solidários aos poderes transnacionais, passando naturalmente pelos poderes educacionais...), incluindo necessariamente os poderes científicos, para que possam emprestar aos estudos africanos se não a dignidade, ao menos a atenção que a qualidade das suas investigações merecem.

7 de Junho de 2001 (sentado num ainda vagaroso «alfa pendular», rumo a Lisboa, beneficiando das vantagens das novas tecnologias micro-informáticas portáteis, felizmente muitíssimo mais rápidas do que a nossa rede de transportes ferroviários, talvez ainda agarrada aos «gloriosos» tempos dos caminhos-de-ferro de Bengela, cujo traçado, ramais e estações nos ensinavam na escola primária, há trinta-quarenta anos atrás, diante desses espantosos mapas em que se celebrava esse Portugal que se espreguiçava imperialmente do Minho a Timor. Os estudos africanos portugueses hoje já se libertaram dos «lugares da memória» destes mapas?)

Ivo Carneiro de Sousa